

EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALTO ARAGUAIA - MT

EDUCATION AND RURAL EDUCATION IN THE MUNICIPAL PLAN FOR EDUCATION OF ALTO ARAGUAIA-MT

João Eliezer Herculano¹

Resumo: O presente artigo apresenta os conceitos de educação e Educação do Campo contidos no Plano Municipal de Educação (PME) aprovado em 2015 em Alto Araguaia-MT, bem como, os estudos e reflexões acerca do tema. Tem o objetivo de averiguar se as concepções nele apresentadas estabelecem nexo com o que fundamentam as abordagens teóricas de educação emancipadora. O conceito de educação apreendido no levantamento realizado aponta para uma visão de educação que extrapola o contexto escolar, tratando-se de um fenômeno que acontece em uma multiplicidade de lugares, de diferentes maneiras e em todas as esferas da sociedade.

Palavras-chave: Educação. Educação do Campo. PME

Abstract: This article presents the concepts of education and rural education contained in the Municipal Education Plan - PME / 2015 Alto Araguaia-MT, as well as studies and reflections on the subject. It aims to ascertain whether the views presented in it establish connection with the underlying theoretical approaches of emancipatory education. The concept of education in seized conducted survey points to a vision of education that goes beyond the school context, in the case of a phenomenon that takes place in a multitude places, in different ways and in all spheres of society.

Keywords: Education. Rural Education. PME

¹ Professor da rede pública de ensino de Estado de Mato Grosso e da rede pública de ensino do município de Alto Araguaia-MT. Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Goiás-Campus de Jataí. E-mail: joaoeliezerherculano@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação (PME) do município de Alto Araguaia², região sul de Mato Grosso, foi aprovado pela Câmara de Vereadores em 16 de julho de 2015 e sancionado pela Lei Municipal nº 3.636/2015. Nele contém os objetivos, diretrizes e metas da educação no município para os próximos dez anos. O conteúdo do documento foi elaborado por comissões e as proposições foram votadas em assembleia com os segmentos gestores, professores, pais e alunos das comunidades escolares de todas as unidades urbanas e do campo.

O objetivo deste trabalho é analisar e refletir sobre os conceitos de educação e Educação do Campo explícitos ou implícitos, a partir do que o PME conceitua e seus desdobramentos nas diretrizes, objetivos e metas; tendo como referencial as abordagens teóricas que buscam ampliar o conceito de educação para uma dimensão além da educação formal do âmbito escolar. Quando se fala em educação vem logo a ideia de escola e o presente artigo pretende estabelecer um paralelo entre a teoria e a concepção de educação e Educação do Campo constante no PME para tentar compreender os nexos que ora se estabelecem.

Primeiramente discorrer-se-á sobre os conceitos apresentados no texto base do PME e *a posteriori*, um levantamento bibliográfico acerca do tema, bem como, as inferências emanadas destas comparações.

Uma das importâncias de elaborar os Planos Municipais de Educação é a continuidade de políticas públicas para o setor, perpassando a transitoriedade dos governos. É necessário que contemplem as reais necessidades educacionais que cada município almeja e principalmente que haja participação de todos os envolvidos, ou seja, é muito mais que uma carta de intenções para a próxima década. A elaboração dos PME parte do princípio que o planejamento tem que ser uma prática norteadora da administração pública, isso permite que as ações sejam direcionadas com segurança e eficácia, de modo a alcançar os seus objetivos e metas traçados.

CONCEITO DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PME DE ALTO ARAGUAIA-MT

O documento formulado apresenta na página 12 a concepção de educação considerando apenas a educação que acontece no espaço físico da escola, argumentando que é compreendida como instrumento para transformação social e comprometida com a qualidade. Adiante, esclarece que esta “tem que estar atenta ao desenvolvimento do ser social em todas as suas dimensões: no econômico, no cultural e no político” (PME, 2015). O texto base diz que a escola é o espaço especializado na formação de pessoas, o lugar onde todos podem e devem aprender, através de um processo de construção do conhecimento, um ambiente democrático de respeito, acolhimento, convivência e compartilhamento solidário, finalizando a concepção de educação (PME, 2015, p. 12).

No item quatro do Plano Municipal de Educação de Alto Araguaia traz a concepção de escola, no entanto, apresenta um conceito mais amplo de educação dentro deste item, afirmando que “educação é intencionalidade, é vontade de avançar, de superar problemas, de priorizar valores, de mudar pessoas, grupos, comunidades. Educação é um Projeto social e político” (PME, 2015, p. 13), posteriormente, acrescenta que a maior ambição da educação cidadã é contribuir para o surgimento de uma nova cidadania, como espaço de organização da sociedade para a defesa de direitos e a conquista de novos.

A meta 17 para o ensino fundamental o PME propõe a garantia de que nos projetos políticos pedagógicos das escolas sejam contemplados conteúdos de educação ambiental, educação para o trânsito, educação sexual, cidadania a serem desenvolvidos como prática educativa integrada, contínua e permanente. Todavia, tais conteúdos já estão presentes nos temas transversais publicados pelo Ministério da Educação que orientam as escolas para inseri-los em suas respectivas matrizes curriculares, desta forma, esta meta torna-se desnecessária, haja vista, que já é contemplada em outro documento oficial.

² Neste artigo, optou-se por utilizar, nas chamadas de texto, a sigla PME e não Alto Araguaia, como definido nas normas técnicas, para simplificar a visualização.

CONCEITO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Com relação à Educação do Campo o PME não a conceitua, no entanto, destaca as necessidades de melhoria na qualidade e alerta que:

Uma política de Educação do Campo deve respeitar todas as formas e modalidades de educação que orientem pela existência do campo como um espaço de vida e de relação vividas, porque considera o campo como espaço que é ao mesmo tempo produto e produtor da cultura (PME, 2015, p. 45).

Posteriormente, apresenta um levantamento histórico da educação do campo desde o extrativismo do Brasil colônia até os dias atuais, focando a questão da expansão da monocultura e, por conseguinte, o latifúndio. Em seguida, fala da necessidade de construir um Projeto Político Pedagógico voltado para os valores do campo, “visando à formação do homem do campo, de forma que ele possa escolher permanecer no campo ou seguir outro caminho” (PME, 2015, p. 45). Destaca ainda que “ver o campo de forma histórica, tanto quanto o ser humano, como fator de produção de vida, cultura, convívio, valores, conhecimento, enfim, de formação de seres humanos é a visão que os movimentos sociais do campo defendem” (PME, 2015, p. 45). Para encerrar o item sobre educação do campo, o documento defende que é preciso alicerçar a proposta pedagógica nos pressupostos de uma educação democrática, comunitária, transformadora, crítica e que valorize a cultura e o conhecimento do homem que vive no campo.

Nos objetivos e metas para o ensino fundamental, o item 11, faz referência à Educação do Campo e traça como objetivo “assumir o projeto pedagógico da educação do campo rumo ao desenvolvimento rural sustentável” (PME, 2015, p. 43). Ainda nas diretrizes para o ensino fundamental, na introdução, o documento acrescenta que:

Crianças, jovens e adultos da zona rural são sujeitos de direitos iguais aos da zona urbana e reclamam de uma escola pública de qualidade. As comunidades do campo precisam construir a identidade das suas escolas, deixando de ser um prolongamento da escola urbana (PME, 2015, p. 39).

Ao estabelecer que as escolas do campo precisam construir suas respectivas identidades faz-se necessário que se estabeleça também a adequação do conteúdo à realidade local, construindo uma proposta curricular que contemple a necessidade e especificidade do campo e desta forma, tornar os conteúdos com real significado, somente assim, a escola do campo deixará de ser um prolongamento da escola do meio urbano.

CONCEITO DE EDUCAÇÃO

De acordo com Brandão (1988), a educação pode existir de duas maneiras, livre ou imposta, sendo a primeira através das relações sociais e a segunda, a do sistema escolar, conforme sentença o autor:

A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos (BRANDÃO, 1988, p.10).

Destarte, Brandão (1988) inicia a obra “O que é educação” afirmando que a educação está intrinsecamente relacionada com a vida, pois ela acontece em diferentes espaços, em casa, na rua, na igreja ou na escola e que boa parte de nossas vidas nos envolvemos para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar, e portanto, todos os dias misturamos a vida com a educação, ou seja, todo conhecimento adquirido em vivência com a sociedade trata-se de educação. Em síntese, é um fenômeno que ocorre de diferentes maneiras, em uma multiplicidade de locais e em todos os segmentos da sociedade. Afinal, “ninguém escapa da educação” (BRANDÃO, 1993, p. 5)

Brandão (1988, p. 8), argumenta que há situações de aprendizagem diferentes daquela ensinada no âmbito escolar. Para tanto, exemplifica que “nas aldeias dos grupos tribais mais simples todas as relações entre a criança e a natureza, guiadas de mais longe ou mais perto pela presença de adultos conhecedores, são situações de aprendizagem”. Ele acrescenta ainda

que “a criança vê, entende, imita e aprende com a sabedoria que existe no próprio gesto de fazer a coisa”. Portanto, o saber historicamente construído pela sociedade não necessariamente é repassado ao aprendente por meio dos livros e lições escolares. Tais situações de aprendizagem acontecem por meio do ouvir, do imitar, do observar, da convivência com o grupo, do trabalho, das artes, dos costumes e por si só vão construindo o conhecimento no aprendiz e este repassado de geração para geração.

O autor compara o educando a argila viva que é moldada pelo oleiro. Ali o artesão coloca toda a sua experiência e habilidade para dar forma ao artefato, no entanto, a argila deixa-se conduzir pelo oleiro. Esse processo em que um grupo social aos poucos se socializa através do conhecimento e experiências repassadas intencionalmente ou não, é denominado por Brandão (1988) como endoculturação. Ele assim define: “Tudo o que existe disponível e criado em uma cultura como conhecimento que se adquire através da experiência pessoal com o mundo ou com o outro; tudo o que se aprende de um modo ou de outro faz parte do processo de endoculturação” (BRANDÃO, 1993, p. 23).

O autor afirma ainda que :

Tudo aquilo que criamos a partir do que nos é dado, quando tornamos as coisas da natureza e as recriamos como os objetos e os utensílios da vida social representa uma das múltiplas dimensões daquilo que, em uma outra, chamamos de: cultura. (BRANDÃO, 2002, p. 22)

O homem através da cultura dá significado as suas ações as quais o orienta. Logo, a nossa capacidade de criar, recriar, transmitir e “gerar incontáveis formas de ser e de viver” é a cultura em si. Na obra, Brandão (2002) defende que a cultura é um processo mais abrangente de processos sociais de interações e que a educação acontece dentro desse âmbito chamado cultura, ou seja a educação é uma ação humana, uma especificidade da cultura. Assim define:

Tal como a religião, a ciência, a arte e tudo mais, a educação é, também, uma dimensão ao mesmo tempo comum e especial de tessitura de processos e de produtos, de poderes e de sentidos, de regras e de alternativas de transgressão de regras, de formação de sujeitos de ação e de

identidade e de crises de identificados, de invenção e de reiterações de palavras, valores, ideias e de imaginários com que nos ensinamos e aprendemos a sermos quem somos e a sabermos viver com a maior e mais autêntica liberdade pessoal possível os gestos de reciprocidade a que a vida social nos obriga. (BRANDÃO, 2002, p. 25)

Mascarenhas (2004, p. 17) corrobora o pensamento de Brandão (2002), ao afirmar que “a educação vai se dar situada histórico-social e culturalmente. Ela é a expressão da cultura e da sociedade, possibilitando o aprendizado da vida social...”. A autora ressalta que aprendemos dentro de múltiplas relações que se estabelecem no contexto social e que portanto, temos que olhar a educação além daquela que acontece no interior da escola. Reitera que é preciso “o olhar sobre a educação que não se mantém no raio de abrangência da escola, que não sofre clausura, que vê um horizonte mais ampliado, capta a relação educação, cultura e vida social”(MASCARENHAS, 2002, p.16).

Gramsci (1991) citado por Mascarenhas (2002) enfatiza que o sistema educativo não deve restringir-se às escolas. Defende também o trabalho como princípio educativo aliando teoria e prática além da escola. De acordo com o teórico, outras instituições como os museus, bibliotecas, teatros, jardins zoológicos, academias, associações científicas e culturais também contribui para a educação.

Loureiro (1988), da mesma forma defende que a educação não é aquela que restringe ao espaço escolar que é utilizada pela classe dominante como instrumento de difusão de sua ideologia, enfatiza que a educação não é uma ação exclusiva do sistema escolar. Acrescenta ainda:

Em minha nova concepção, educação é, antes de tudo formação da consciência, aquisição de conhecimento do real, aquisição essa que se faz em sociedade. Os homens educam-se, adquirem consciência, na relação que estabelecem entre si e com a natureza em condições concretas de vida. A educação, portanto, faz-se não só na prática escolar, mas nas diversas práticas (LOUREIRO, 1988, p. 20).

A autora adverte que existem ainda outras agências educadoras e cita como exemplo as

igrejas, os sindicatos, os partidos políticos, a família entre outras que ficam fora do processo histórico da educação e que se reduz a história da educação apenas à educação escolar.

O conceito de educação restrito apenas àquela que acontece formalmente e restrito às instituições de ensino está arraigado no pensamento da maioria e este olhar para uma nova concepção propicia uma visão mais ampla e é capaz de mudar a prática pedagógica docente, haja vista, que a maioria dos educadores segue sistematicamente o “ritual” proposto pela classe dominante, representada pelos órgãos oficiais do governo. Neste contexto, sentencia Brandão (2006, p. 5): “o pensamento do educador não raro esquece de ver a educação no seu contexto cotidiano, no interior de sua morada: a cultura o lugar social das ideias, códigos e práticas de produção e reinvenção dos vários nomes, níveis e faces que o saber possui”. Assim, o autor defende que a educação vai além dos muros das escolas, ou seja, acontece em outros diferentes espaços de vida e cultura.

CONCEITO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

No final da década de 90, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Universidades, movimentos sociais que apoiam a causa dos trabalhadores rurais e outras instituições como a Unesco, Unicef e a CNBB por meio do Grupo de Trabalho em Apoio à Reforma Agrária realizaram o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera) com o desafio de promover uma discussão mais ampla sobre educação no meio rural brasileiro. Entre as discussões, a substituição do termo educação rural conforme assinala Caldart (2012):

Utilizar-se á a expressão *campo*, e não mais a usual, *meio rural*, como o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do *trabalho camponês* e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas quando se discutir a educação do campo, se estará tratando de educação que se volta ao conjunto de trabalhadores do campo, sejam camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma

preocupação especial com o resgate do conceito de *camponês* (CALDART, 2012, p. 260).

Nesse sentido, Caldart (2012) afirma que “como conceito em construção, a Educação do Campo, já pode configurar como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações.” (p. 262).

Portanto, a Educação do Campo é compreendida como um processo em construção que visa contemplar todas as pessoas que vivem fora do meio urbano, seja, assentado pelo Programa de Reforma Agrária, quilombolas, índios, trabalhadores nas minas, nas culturas sazonais, pescadores, extrativistas, caiçaras, entre outros, ou seja, refere-se a um conjunto de trabalhadores que habitam uma determinada realidade camponesa. A Educação do Campo nesta concepção enxerga o campo como espaço de vida com suas peculiaridades, sua cultura, suas demandas e vocações; e acima de tudo com suas contradições como espaço de luta por políticas públicas e suas relações constitutivas que a vinculam com a questão agrária.

Caldart (2012) enumera algumas características da educação do campo e que segundo a autora, tais características “podem ser destacadas para identificar em síntese, sua novidade ou a “consciência de mudança” que seu nome expressa”, quais sejam: A educação como luta social protagonizada pelos atores do campo, na luta por políticas públicas no cenário da educação brasileira, na luta pela Reforma Agrária, cultura, soberania alimentar e território; uma educação cuja base é a prática, a riqueza social e a diversidade dos sujeitos dentro das contradições da sociedade. Finaliza, afirmando que :

A Educação do Campo, principalmente como prática dos movimentos sociais camponeses, busca conjugar a luta pelo acesso à educação pública com a luta contra a tutela política e pedagógica do Estado (reafirma em nosso tempo que *não deve ser o Estado o educador do povo*). Os educadores são considerados sujeitos fundamentais da formulação pedagógica e das transformações da escola”. (CALDART, 2012, p. 264)

Ainda, Caldart (2012) defende que as políticas públicas deve assegurar uma educação que seja *no* campo e *do* campo: “No: o povo tem direito a ser educado onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (p.266). Assim, a autora entende que a luta dos povos do campo por uma educação de qualidade acontece no campo das políticas públicas e, por conseguinte, necessita de um projeto educativo que contemple as especificidades destes processos de produção de vida, cultura e conhecimento.

O Conselho Nacional de Educação – CNE utiliza pela primeira vez a denominação Educação do Campo na Resolução CNE/CEB nº 02 de 28 de abril de 2008, que assim define no Artigo primeiro:

A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção de vida (BRASIL, 2008).

Os movimentos sociais em tensão com o Estado avançam no sentido de reconhecer os sujeitos pertencentes ao campo como sujeitos de direitos, políticos e, por conseguinte, carecem de políticas públicas que atendam a demanda existente no campo na melhoria da qualidade de ensino, na busca incessante de novos rumos que a realidade campesina requer; através da implantação de estratégias pedagógicas e de organização, formuladas no seu *locus* pelos seus respectivos atores.

O reconhecimento tardio da Educação do Campo por parte dos órgãos oficiais do Estado configura um passo adiante na luta por uma educação democrática e de direito para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discorrermos sobre o que o Plano Municipal de Educação de Alto Araguaia-MT traz em seu bojo como conceito de educação contrastando com a concepção daquela que acontece em diferentes situações concretas de aprendizagem, em outros *locus* diferentes do espaço escolar, percebe-se que há uma enorme

divergência com os novos paradigmas que compreende educação como algo além do sistema oficial de ensino. O PME não menciona em nenhum momento ações que objetivam evidenciar qualquer outro tipo de situações de aprendizagem fora dos muros da escola.

No entanto, o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria de Educação em parceria com a Associação Atlética do Banco do Brasil de Alto Araguaia desenvolve um importante Projeto denominado AABB Comunidade destinado às crianças em situações de vulnerabilidade com aulas de reforço, práticas esportivas, música, artes cênicas, artes manuais, entre outras. Também em parceria com a Igreja Batista ensina aulas de violão. O Rotaract Club também é parceiro com aulas de inclusão digital. Todas estas parcerias e ações não são mencionadas no texto base do PME, por exemplo.

Com relação à Educação do Campo, o PME defende a necessidade de construir a identidade das escolas do campo. Defende que a escola do campo não pode ser um prolongamento das escolas urbanas; que tenha um projeto político pedagógico que atenda as especificidades de cada realidade campesina.

Nas propostas da Educação do Campo o documento não faz referência a Educação de Jovens e Adultos - EJA para as comunidades Rurais, nem o atendimento à Educação Infantil. Fato este, que constitui uma falha, porquanto somente o ensino fundamental tem ênfase no atendimento de acordo com o PME. É contraditório, portanto, pois nas metas estabelecidas para a Educação do Campo apregoa que o poder público tem que assegurar a permanência do trabalhador rural ofertando-lhe educação de qualidade em todas as modalidades e níveis de ensino da escola básica, no entanto, nos objetivos e metas a EJA e a Educação Infantil não são contemplados.

À guisa de conclusão, o PME do município em epígrafe propõe conceitualmente uma educação limitada ao espaço escolar, enquanto que para a Educação do Campo há grandes avanços nos conceitos, objetivos e metas. Todavia, o documento não reconhece a atuação dos movimentos sociais como um dos protagonistas na elaboração e acompanhamento de uma proposta pedagógica para a Educação do Campo. O conceito de Educação do Campo, refere-se ao conjunto de ideias e ações emanadas dos movimentos sociais e outros atores que visam

articular-se no intuito de promover uma educação de qualidade e significativa a todos que se sentem pertencidos ao campo.

Referências

ALTO ARAGUAIA-MT, Lei Municipal nº 3.636/2015, de 16 de junho de 2015. **Plano Municipal de Educação**. Alto Araguaia, 2015.

BRANDÃO, Carlos R. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

_____. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **Educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, v. 81, Sessão 1, p. 25, 29 abr. 2008.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

LOUREIRO, Walderês Nunes. **O aspecto educativo na prática política**. Goiânia: Editora da UFG, 1988.

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém. A educação para além da escola: o caráter educativo dos movimentos sociais. In: PESSOA, Jadir de Moraes. **Saberes do nós: ensaios de educação e movimentos sociais**. Goiânia: UCG, 2004. p. 15-28.

